

No rumo da democracia

A morte do Presidente eleito do Brasil, Tancredo Neves, é uma grande perda para o seu país e o mundo. Ela não deve, contudo, frustrar as perspectivas encorajadoras para a transição democrática do Brasil.

As consumadas habilidades políticas, que Tancredo trouxe para a transição, estão perdidas. Nenhum outro membro do Governo pode esperar usufruir a confiança fervorosa que ele inspirou. O novo Presidente, José Sarney, é visto como suspeito tanto pelos militares que deixaram o poder como pelas forças democráticas que chegaram. Mas o renascimento da democracia brasileira não depende apenas de liderança.

Em primeiro lugar, a maioria dos demais líderes políticos mantém o compromisso com a democracia. Apesar de todas as dúvidas iniciais sobre a legitimidade do Sr Sarney e sua capacidade de governar, os homens que trabalharam com exemplar maestria, para fazer de Tancredo o primeiro Presidente civil em mais de 20 anos, vão agora cerrar fileiras em torno do Sr Sarney simplesmente porque ele representa a continuidade democrática e constitucional. O calendário eleitoral de Tancredo Neves — eleições diretas nas capitais dos Estados em novembro de 1985, eleições para a Assembléia Constituinte em 1986 e a possibilidade de eleições diretas para Presidente em 1988 — provavelmente ganhará cada vez mais apoio. Esse seria o caminho mais constitucional e menos conflitante. Além disso, permitiria que a esquadra se organizasse em condições democráticas.

Em segundo lugar, é pouco provável que os militares venham a causar problemas. A oficialidade tem suas próprias e complexas razões para respeitar a transição sob o Sr Sarney. Eles sabem que julgamentos do tipo dos de Nuremberg são muito menos prováveis no Brasil do que no Chile ou Argentina, onde as mortes e desaparecimentos causados pelos militares podem ter sido 100 vezes mais comuns (contados numa base **per capita**). O desejo de voltar ao Governo civil foi fortalecido também pela guerra entre a Inglaterra e a Argentina pelas Malvinas, ou Falklands, que forçou os militares a debater a necessidade de reestruturar suas instituições.

Isso mitigou uma crise de identidade, dando aos militares um sentido de missão que nada tem a ver com exercício do poder. Certamente os militares vão continuar a exercer um papel econômico significativo no Brasil, o sexto maior exportador de armas do mundo. Resumindo, a não ser que o Presidente Sarney e os partidos políticos sejam totalmente incapazes de controlar

conflitos políticos internos, é altamente improvável que os militares sintam-se tentados a derrubar o Governo com um novo golpe.

Finalmente, as muito negligenciadas classes pobres do Brasil são a favor do fortalecimento da sociedade civil. Haverá, certamente, grandes exigências para pagar a tremenda "dívida social" doméstica de pobreza, doença e desemprego. Mas mesmo a esquerda brasileira está firmemente comprometida com os procedimentos democráticos — não apenas como tática temporária, mas como valor duradouro.

Sem a credibilidade de Tancredo Neves, o Sr Sarney terá, sem dúvida, dificuldades para impor medidas de austeridade. Ele também terá que ir além de Tancredo Neves na busca de reformas sociais visíveis — e será tolhido o tempo todo pela dívida externa de seu país, a maior do mundo. Mas ele tem alguma margem de tempo. Ao contrário da Argentina ou do Chile, o Brasil desenvolveu recentemente um grande parque industrial. Essa nova capacidade espera apenas por uma revitalização da demanda interna e externa; já em 1984 o Brasil bateu recordes de exportação.

Mas a crise mundial da dívida não terminou. Perguntem a qualquer pessoa no Brasil — especialmente os pobres e seus líderes — sobre o que significa gastar 5% do Produto Nacional Bruto só para pagar o serviço da dívida externa. Tancredo Neves, certa vez, referiu-se a isso como "taxação sem representação". A crise da dívida foi contida no ano passado, graças em grande parte à queda das taxas de juros, quedas de preços do petróleo e aumento das exportações para os EUA. Mas ninguém sabe quanto tempo essas condições vão durar.

O Brasil vive um tempo de tristeza, mas não de desespero. O País tem algum espaço para desenvolver a democracia e, pelo menos temporariamente, um minúsculo espaço para desenvolver sua economia. A história julgará severamente os EUA se falharem em ajudar a terceira mais longa democracia do mundo a evoluir com sucesso — mesmo enquanto continuamos perseguindo uma obsessão militar na América Central. Não há desculpa para os EUA negligenciarem política e moralmente o Brasil.

ALFRED STEPÁN (The New York Times)

Professor de ciência política e deão do Instituto de Relações Internacionais e Públicas da Universidade de Columbia. Está concluindo dois livros sobre o Brasil.